

Por um jornalismo que mereça o Nobel

Carlos Eduardo Sandano Santos

Nobel de Literatura de 2015, a jornalista bielorrussa Svetlana Alexievich pratica o que se convencionou denominar “literatura documental”. De modo mais direto, diríamos que ela produz aquele “jornalismo de qualidade” de que tanto precisamos. Neste sentido, pode ser que parte da mensagem da Academia Sueca seja dirigida à situação política a leste da Europa, mas não seria exagero também interpretar a escolha como uma afirmação da necessidade de certo tipo de prática jornalística, aquela que promove o diálogo e fortalece a democracia.

Segundo os críticos chamados a comentar a obra de Svetlana, ela oferece profundidade e densidade por meio de registros polifônicos. Conta o desmantelamento da URSS, cotidianos de guerra – seja da II Guerra Mundial ou do Afeganistão – e a tragédia de Chernobil a partir de depoimentos de pessoas “comuns” que vivenciaram esses momentos históricos.

Trata-se de uma prática que não se enquadra em categorias fixas, pois polissêmica, mas é possível traçar algumas ligações com outros autores e obras. Identificamos, por exemplo, a transcendência do cotidiano nas obras do

assim chamado jornalismo literário norte-americano – nos assassinos banais, nos quais Capote busca entender o mal, ou nos pedreiros da ponte Verrazano-Narrows, que Talese transforma em personagens de uma narrativa épica. Também encontramos a mesma preferência pelos anônimos no percurso de João do Rio pelos morros cariocas e, com o mesmo sentido histórico de Svetlana, nos sertanejos que acompanham Antonio Conselheiro e levaram Euclides da Cunha ao panteão das letras nacionais.

Os exemplos podem se estender – infelizmente não tanto assim –, mas, de qualquer forma, o ponto comum aqui é a busca de uma narrativa do factual que vá além do simples informativo e que adentre a realidade complexa das relações humanas. Ou, para se utilizar da retórica habermasiana, deixar a prática jornalística que se constrói desde uma noção platônica de verdade – a razão baseada no sujeito – para uma prática dependente da conversação – a razão comunicativa. Ou, ainda, da forma como Cremilda Medina coloca a questão, o que temos é o protagonismo polifônico dos anônimos se efetivando nas narrativas da contemporaneidade, aquela que ensaia, “ao mesmo tempo, a polifonia e a polissemia do presente, o enraizamento na história, na cultura e nas identidades míticas, bem como a enunciação de tendências projetivas” (Medina, 1999, p. 86).

Estes exemplos todos – Euclides, Medina, João do Rio, Capote, Talese, Svetlana – não se conectam desde a técnica: os estilos aqui são bem variados. A proximidade se dá muito mais pela capacidade dialógica dos autores na sua relação com os personagens do que por qualquer habilidade literária intrínseca – muito bem-vinda, mas secundária diante da proposta intelectual destes jornalistas. É como resume Vargas Llosa (2013) em relação a outro nome que pode encorpar nossa lista, o da jornalista argentina Leila Guerriero, cujo principal atributo,

raro entre seus colegas contemporâneos, não é tão literário nem jornalístico, mas moral: o respeito com o qual ela se aproxima de cada um de seus personagens, seus esforços para chegar a entender o que são e o que fazem sem que seu julgamento seja distorcido pelos preconceitos e os clichês, o mesmo tratamento respeitoso e neutro que dá às figuras consagradas e aos artistas ou escritores de significado menor ou ainda principiantes.

Tem-se, então, que a capacitação não é técnica nem deontológica, mas epistemológica. Uma capacitação simultaneamente intelectual e afetiva que permite ao narrador ligar-se de modo complexo aos sujeitos e cenários da narrativa e daí extrair um retrato polifônico e polissêmico da realidade. Pois se a técnica não aborda esse tipo de questão e a deontologia se funda no “deve-ser” para determinar o campo de ação do jornalista, a epistemologia trabalha com o significado de “se estar no mundo”, criando condições efetivas para promover uma convivência social mais humana.

Deste modo, mesmo que Svetlana, em matéria sobre o Nobel de Literatura,¹ afirme não ser jornalista, pois não permanece no nível da informação ao explorar a “vida das pessoas, sua compreensão da vida”,² sua obra serve de referência para a prática jornalística. Se não escreve “a história dos fatos, mas a história das almas” ou leve de cinco a dez anos para completar um livro, o que impor-

1 “Svetlana Alexievich vence Nobel de Literatura de 2015”. G1, 08 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/10/svetlana-alexievich-vence-nobel-de-literatura-2015.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

2 Na mesma frase, Svetlana também afirma que seu trabalho difere do trabalho do historiador, porque tudo começa “no ponto de término da tarefa do historiador: o que se passava pela cabeça das pessoas após a batalha de Stalingrado ou após a explosão de Chernobil?”.

ta, aqui, não é sua filiação ao ideal da objetividade e da neutralidade ou a regularidade da repetição mecânica de espaços iguais de tempo, mas a relação do repórter com o tempo da notícia e os sujeitos de sua narrativa.

Caso pensemos o jornalismo como um processo dialógico de produção de conhecimento, talvez possamos nos alinhar com o trabalho de Svetlana (e com o de Capote, Medina, João do Rio etc.) ao mesmo tempo em que nos diferenciamos daqueles fluxos informativos que hoje já são mais presentes no cotidiano comunicacional das pessoas, como as redes sociais digitais. Ou seja, busquemos uma “razão de ser” para o jornalismo em uma época em que se torna difícil distinguir o jornalista do não-jornalista se permanecermos presos à ideia de objetividade, imparcialidade e neutralidade tais como entendidas nos manuais de redação.

É igualmente uma proposta que se recusa a aceitar uma sociedade onde a atividade intelectual é algo secundário³ e acredita ser o jornalismo responsável e crítico necessário para o cenário atual da comunicação social. Mas

3 Como escreveu Alberto Manguel (2015, tradução nossa) em um artigo sobre a crise de identidade por que passam as bibliotecas públicas nos EUA: “Mas as bibliotecas são resilientes. Buscando sobreviver em uma época na qual o ato intelectual perdeu quase todo seu prestígio, elas se tornaram, em grande parte, centros sociais [...] Se as bibliotecas devem ser não apenas repositórios da memória da sociedade e símbolos de sua identidade, mas o coração de centros sociais maiores, então as transformações dever ser feitas conscientemente por uma instituição intelectualmente forte que reconheça o seu papel exemplar que nos ensine aquilo que os livros podem fazer: mostrar -nos as nossas responsabilidades para com o outro, ajudar-nos a questionar os nossos valores e minar os nossos preconceitos, emprestam-nos coragem e ingenuidade para continuar a viver juntos, e dar-nos palavras que possam nos permitir imaginar tempos melhores”. Podemos afirmar algo análogo para o jornalismo.

para que exista esse jornalismo qualificado, há que se partir da citada transformação defendida por Habermas, de uma razão centrada no sujeito para a razão comunicativa, onde:

em alguma medida, onde quer que as pessoas estejam dispostas a ouvir o outro lado, a conversar sobre as coisas, a argumentar até que áreas de concordância sejam encontradas, e a seguir os acordos resultantes. Pensar na razão como centrada no sujeito é acreditar que os seres humanos possuem uma faculdade que os capacita a esquivar-se da conversação – ignorar a opinião e avançar direto para o conhecimento. Substituir a razão centrada no sujeito pela racionalidade comunicativa é ver a verdade como aquilo que provavelmente emergirá da conversação livre e imaginosa. É pensar no conhecimento como a obtenção de consenso, mais do que como um estado mental que goza de uma relação mais próxima da realidade do que a opinião (Rorty, 2005, p. 253-254).

No livro *Para além do código digital: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado* (EdUFSCar, 2015), resultado de pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo, parto dessa e de outras contribuições da filosofia para pensar o jornalismo desde o que denomino como sua “especificidade epistemológica”. O resultado é uma redescritção dessa prática profissional que encontra em narrativas como a de Svetlana e dos demais autores citados a concretude dos bons exemplos e que se aproxima dessa esfera comunicacional descrita por Rorty. Por outro lado, é uma visão que abre distância daquilo que convencionalmente temos denominado de jornalismo, a saber, os modelos criados desde a prática de grandes empresas jornalísticas, como Editora Abril, Grupo Folha, Organizações Globo, Grupo RBS e Grupo Estado.

E isso sem entrar em debates para saber se há ou não deslizamentos éticos dos veículos desses grupos desde códigos de ética da profissão. Pois a definição epistemológica considera que os valores deontológicos tradicionalmente

usados para definir a prática jornalística – clareza, precisão, isenção, independência – são suficientes ou limitam em demasia o trabalho de autores criativos, afetivamente ligados à realidade e aos sujeitos retratados. Tampouco são suficientes os critérios técnicos, como de noticiabilidade, que geralmente são definidos tendo como referência estes valores deontológicos.

A proposta é feita considerando o novo e complexo ecossistema que reformula conceitos e práticas comunicacionais. No entanto, aqui também se descobriu ser insuficiente apenas adotar os novos valores ciberculturais e incorporá-los ao jornalismo, pois, como se demonstra nos estudos de casos *Wikileaks* e *Mídia Ninja* abordados no livro, os sistemas virtuais restringem a efetivação de um espaço público de conversação ao criarem bolhas informativas (o termo é de Eli Pariser). Um bom exemplo é o fluxo informativo do Facebook, onde não apenas o usuário restringe o acesso a fatos e opiniões divergentes, mas também o próprio sistema consolida um fechamento que McLuhan não teria dificuldade em denominar como “tribal”.

Igualmente reforçam um certo ceticismo em relação aos discursos utópicos sobre a democratização da comunicação vir a reboque dos meios digitais o fato de se ter observado que o caráter de complementariedade típico da informação em rede não significa proporcionalidade: fluxos informativos se complementam, mas sem serem necessariamente simétricos. Pois se na década de 90 do século passado comemorava-se com o advento da internet o fim dos *gatekeepers*, estes estão mais fortes do que nunca e sob nova direção: no lugar de um sistema variado e idealmente equilibrado de diferentes veículos jornalísticos, algumas poucas empresas de tecnologia, como Apple, Google e Facebook, controlam vastos espaços comunicativos e os determinam por meio do código e seus termos de uso.

É neste cenário que se buscou repensar a prática jornalística tendo como suporte uma reflexão sobre seus valores e virtudes. Considerando, como Morin (2008, p. 32), que “a epistemologia não é o centro da verdade, gira em torno do problema da verdade passando de perspectiva em perspectiva e, tomara, de verdades parciais em verdades parciais”, definiu-se então a especificidade epistemológica do jornalismo como uma

prática valorativa e virtuosa que efetiva o diálogo democrático entre as diferentes comunidades humanas em interação dialógica, abarcando as manifestações sociais institucionalizadas em outras práticas (políticas, científicas, culturais), executando a mediação entre elas e as práticas cotidianas, monitorando estas práticas em confronto com seus fins declarados e delineando possibilidades que ampliam o escopo de sua atuação (Sandano, no prelo).

Isso acarreta que, concretamente, no dia a dia de uma prática jornalística qualificada epistemologicamente, haveria a necessidade de profissionais que assumissem a autoria responsável, realizando descrições objetivas das sutilezas subjetivas de realidades complexas. Deixando pelo caminho metáforas já gastas como a do espelho ou do “cão de guarda” da democracia, voltou-se para a dinâmica polifônica e polissêmica de ir ao encontro de diferentes sujeitos, “relatando as relações complexas que eles estabelecem entre si e os muitos significados que daí se podem extrair” (ibid).

O ponto aqui é que deixa de fazer sentido determinar a importância do jornalista única e exclusivamente pela capacidade de dar visibilidade aos atos e intenções dos governos e demais poderes quando a transparência é parte inerente aos fluxos de comunicação digital. Como já salientado, caso nossa tarefa de repensar o jornalismo seja

feita desde o código digital, o trabalho será o de coeiro, já que a visão típica dessa corrente é aquela sintetizada por Bowman e Willis (2003, p. 9, tradução nossa) ao definirem o jornalismo cidadão como o “ato de um cidadão ou grupo de cidadãos que desempenham um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e divulgar notícias”. Isso significa que qualquer pessoa, jornalista ou não, pode fornecer à sociedade as “informações independentes, confiáveis, precisas, abrangentes e relevantes que uma democracia exige”.

No entanto, esta indiferenciação entre a figura do jornalista e a do leitor deixa de lado importantes questões relativas à edificação do espaço público. Outra visão cibercultural típica sobre a natureza do processo informativo é a que Castells (2013, tradução nossa) desenvolve no momento em que o Wikileaks disponibiliza os documentos do caso Cablegates:

Os governos já estavam há algum tempo preocupados em perder o controle sobre a informação no mundo da internet. Já os incomodava a liberdade de imprensa. No entanto, haviam aprendido a conviver com os meios tradicionais. Por outro lado, o ciberespaço, povoado de fontes anônimas de informação, é uma ameaça decisiva a esta capacidade de silenciar sobre a qual desde sempre se fundou a dominação.

Mas a prática jornalística não se finda no exercer, em nome da opinião pública, esse papel de controle. Ela também possibilita (e é desejável que possibilite) a articulação de interesses heterogêneos em um espaço público de discussão. Em contraste, na comunicação digital, transparência e heterogeneidade são características distintas, levando às já mencionadas “bolhas informativas”. Por isso, na redescrição que aqui se faz do jornalismo, a preocupação maior é em capacitar o profissional a ampliar os

espaços de diálogos, pois praticar uma ação consciente em direção à diversidade é diferente de ter milhões ou bilhões de usuários e isolá-los em grupos, qualquer que seja o critério para a personalização.

O que se defende então é que, para ser útil no quadro de transformações advindas da tecnologia e entender seu papel no novo ecossistema de comunicação, a reflexão sobre o jornalismo precisa, ao menos, incluir uma discussão dos valores e virtudes que balizam a sua prática. Em *Para além do código digital*, defendo um jornalismo empático e tolerante, efetivado pelo “estar afeto a” e pela solidariedade. Em termos práticos, isso significa um desenvolvimento intelectual que promova a habilidade epistemológica do jornalista de narrar a dor e a humilhação, desejos e perspectivas de pessoas diferentes de nós (do jornalista e de seus leitores). Que estes se tornem os mediadores capazes de dialogar com tolerância, ou seja, praticar o abrir-se à aprendizagem, criando *hic et nunc* as condições dinâmicas para a convivência humana.

Não se trata de uma proposta utópica para reunir toda e qualquer perspectiva, mas de estar aberto a descrever o mundo de modo a aumentar ao máximo a solidariedade e o “estar afeto a” nas relações humanas. Do mesmo modo que, para Otto Groth, a universalidade não significa que o jornal efetivamente deva noticiar todo o mundo diante do leitor (*i.e.*, não significa que deva espelhar o máximo possível do real), mas abarcar a maior variedade possível de assuntos e opiniões, o dialogismo não significa atingir a maior quantidade possível de pessoas, mas de se dirigir para a maior variedade possível de pessoas (de cosmovisões). Não se trata da totalidade objetiva, mas de uma estrutura flexível, em que “a debilidade das ligações internas e a autonomia relativa dos detalhes reunidos, juntados e agrupados como um universo de material” forma a “ca-

racterística da estrutura da universalidade (coletividade das coisas)” (Groth, 2011, p. 184).

Tem-se então que a capacidade empática de interpretar o mundo e estar aberto ao que só é possível quando o jornalista assume sua marca autoral tolerante e a responsabilidade frente aos processos comunicacionais. Outros valores e virtudes podem ser agregados ou contrapostos, mas o caminho epistemológico parece mais frutífero do que regras fixas que ferem a autonomia autoral e não garantem a diversidade (foi o caso do escândalo que levou ao fechamento do jornal *News of the World* na Inglaterra); ou a capitulação às crises de modelos de negócios e de identidade, cujo resultado mais comum é a postura dogmática (o caso da revista *Veja* é exemplar) e o foco cada vez maior no entretenimento.

Desde essa proposta, a resposta para a crise do jornalismo não está no topo da cadeia de comando, mas na reportagem, na figura do repórter e em sua marca autoral responsável. Está na qualificação cognitiva, que pode ser lapidada na universidade: a capacidade de contextualizar as informações; de tomar decisões no cenário de conflitos; fomentar o diálogo e não apenas realizar a curadoria do ambiente informativo.

Trata-se de um programa de qualificação que não exige grande aparatos técnicos ou tecnológicos. Por isso, o jornalismo epistemologicamente informado não está ao alcance apenas de autores diferenciados como Svetlana Alexievich, mas é uma prática a ser experimentada mesmo (ou principalmente) por estudantes dos cursos de jornalismo. Isso desde que a universidade prepare os futuros profissionais para essa valoração epistemológica: para a aventura de conhecer e compreender o Outro e para a virtude do inconformismo diante das fórmulas prontas e das práticas burocratizadas que impedem a percepção do complexo e a capacidade de lidar com o contraditório.

Ao se afastar dessas virtudes, dessa caracterização epistemológica do seu trabalho, o jornalista acaba por buscar metanarrativas imaginárias onde idealiza uma realidade que se explica por relações de causa e consequência e onde ele, o jornalista, se entende como o portador da verdade revelada. Isso não significa que a denúncia de injustiças ou malversações não faça parte do cotidiano de trabalho, mas que suas narrativas não se orientam por um conteúdo programático fechado, como, por exemplo, interpretando toda e qualquer ação política ou social em termos de relações prioritariamente econômicas com foco no livre mercado.

Nesse sentido, o jornalismo falha quando fecha a realidade em uma visão subjetiva homogeneizante que reduz o espaço público a uma única perspectiva possível, o que impede o debate. Reduzindo fenômenos complexos a efeitos de causalidade única, impede a experiência da qual múltiplos sujeitos podem sair modificados do contato presencial (repórter e personagens) ou virtual (repórter e leitores). Agindo dessa maneira, à esquerda e à direita, seja impresso ou digital, resvala no autoritarismo de querer explicar didaticamente o mundo em si desde uma única verdade absoluta.

Por outro lado, o jornalismo se torna necessário quando amplia as narrativas humanas. Quando dissolve as fronteiras de entendimento entre indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos, a matrizes culturais diferentes, deixando de ser uma atividade técnica para se tornar um ato intelectual definido pelo exercício do diálogo social. E, como tal, dilui também as fronteiras que o separam da ciência e da arte: caracterizando, assim, a prática jornalística, talvez Svetlana se sinta mais à vontade para assumir-se como repórter.

Enfim, considerando limitada a prática que se caracteriza por um conjunto de normas destinadas a espelhar

o real, que simplifica a realidade complexa para daí extrair verdades consolidadas, refaz-se o arsenal simbólico que distingue o jornalista e desloca-se seu espaço de atuação. Já Nietzsche definia verdade como um “exército móvel de metáforas”, o que equivale a dizer “abandonar toda a ideia de ‘representação da realidade’ através da linguagem e, portanto, a ideia de se encontrar um contexto único para todas as vidas humanas”. O mundo verdadeiro de Platão se torna assim uma fábula e a consolação frente à morte deixa de ser uma transcendência da “condição animal” para se configurar como um “tipo peculiar de animal mortal” que redescreve “a si próprio nos seus próprios termos”, aquele que cria a si próprio. Nesse sentido, “criar a nossa mente é criar a nossa linguagem, em vez de deixar a extensão de nossa mente ser definida pela linguagem deixada por outros seres humanos” (Rorty, 1994, p. 52).

Inspirando-se nesta visão, pensa-se o jornalismo desde um processo de autoconhecimento (considerando suas contingências e possibilidades) e autocriação – a invenção de novas metáforas, de novas formas de descrever a prática jornalística, reinventando o conjunto linguístico herdado e abandonando a metáfora objetivista do “espelho do real”. Começa-se assumindo integralmente as responsabilidades inerentes ao processo comunicacional que visa à edificação do espaço público e o endossamento democrático. Em seguida, contesta o discurso da verdade revelada e o “deve-ser” da deontologia. Por fim, chega-se à redescrição capaz de acompanhar as transformações do mundo contemporâneo e dar novo sentido para a prática jornalística.

Isso não significa uma evolução histórica de um determinado conceito a outro, começando no jornalismo panfletário que tinha a missão de civilizar o mundo no século XIX, passando pela produção industrial técnica e

objetivista do século XX para, daí, chegarmos ao dialogismo do século XXI. Trata-se, outrossim, de reconhecer a dinâmica de processos complexos e ter a capacidade de repensar uma atividade essencial para a democracia. A saber, a tarefa de, assumindo responsabilidades, contestar verdades e criar valores.

Ao buscar essa ressignificação, ao abandonar antigas metáforas, também são rejeitadas aquelas produzidas com base nas características tecnológicas dos meios, entendendo que estas é que devem ser apropriadas a partir de uma visão epistemológica do lugar do jornalismo na sociedade. Afinal, como salienta Rorty (1994, p. 56),

fracassar como poeta – e, portanto, para Nietzsche, fracassar como ser humano – é aceitar a descrição que outra pessoa faça de nós, executar um programa previamente preparado, escrever, quando muito, variações elegantes de poemas anteriormente escritos.

Por isso se evita a substituição das velhas metáforas pelos termos, como curadoria ou *crowdsourcing*, cunhados desde uma prática em que se valoriza a capacidade de lidar com grandes massas de dados em bancos digitais ou de configurar *softwares*. No lugar de querer competir com as redes digitais em velocidade e quantidade de informação, buscando a instantaneidade do tempo desrealizado⁴ que prejudica a apuração, o aprofundamento e contextualização dos fatos, o jornalismo desde essa visão epistemológica vê-se livre para construir seu próprio tempo diferenciado, não apenas dando voz aos que estão à margem dos fluxos informati-

⁴ O termo é de Muniz Sodré para o qual Saad explica: “em tempos de novas mídias é difícil conceber qualquer ação de comunicação associada a variáveis como cronologia, duração e segmentação por conta da velocidade de transmissão da rede” (Saad, 2008, p. 2312).

vos, mas também criando espaços de comunicação onde convivam e interajam perspectivas conflitantes.

Reino da improvisação e da espontaneidade, o Jornalismo se disciplinou desde a noção fundante de objetividade. Uma objetividade normatizada e burocratizada que lhe retira o frescor da atualidade, a densidade, a profundidade, a criatividade, a sua importância. Com a redescrição fundada na neutralidade inclusiva e tolerante, na autonomia responsável e na imparcialidade empática a outros valores, imagina-se

um jornalismo mais bem qualificado para as contingências epistemológicas aqui colocadas e também para aquelas da vida prática no momento em que se dá a produção da reportagem. Não é uma afirmação do que o jornalismo deve ser, mas uma trama conceitual que descreve uma prática visando que ela se torne um instrumento para narrar a realidade de modo permitir uma relação mais solidária e tolerante. Trata-se de uma mudança decorrente da compreensão do mundo, que busca fornecer novos conjuntos de inquietações, cujo propósito é colocar o diferente em dialogia, abrir espaços de conversação identificando o que é comunicável e restringindo o dogmático (Sandano, no prelo).

Nesse aspecto, tendo em mente que “a pessoa que usa as palavras que, como estas, nunca antes foram usadas, é a mais capaz de apreciar a sua própria contingência” (Rorty, 1994, p. 53), buscou-se nas noções de empatia e tolerância o apoio para redefinir conceitos fundantes da objetividade e da imparcialidade. Baseando-se na autoria e na responsabilidade, busca-se uma referência para a sua especificidade, rejeitando noções como a da neutralidade, que passa a ser redefinida como neutralidade inclusiva, isto é, não mais como a prática mais objetiva possível, espelho do real, mas sim como uma estratégia comunicativa que interpreta diferentes visões de mundo e coloca-as em dialogia dentro de um espaço público de conversação.

E rejeitando os determinismos deontológicos, reafirma-se a autonomia do jornalista-autor, do narrador com marca autoral própria inspirado simultaneamente pela arte e pela ciência. Da razão para a imaginação, não há uma verdade, mas um sentido construído dinamicamente diante das contingências e das respostas a essas contingências. Diante da grande diversidade de temas e interesses, a única constante é a disposição em aprender, aprender com o Outro a compreender a realidade com todas suas indeterminações e complexidades.

Referências

BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **We media**: How audiences are shaping the future of news and information. Reston: The media center at the american press institute, 2003.

CASTELLS, Manuel. ¿Quién teme a Wikileaks? **La Vanguardia**. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101030/54063188163/quien-teme-a-wikileaks.html#ixzz3plo08tbc>>. Acesso em: 27 out. 2015.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

LLOSA, Mario Vargas. Jornalismo e criação: o 'plano americano'. **O Estado de S.Paulo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,jornalismo-e-criacao-o-plano-americano-,1033238,0.htm>>.

MANGUEL, Alberto. Reinventing the Library. **The New York Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/10/24/opinion/reinventing-the-library.html?smtyp=cur&_r=0>. Acesso em: 25 out. 2015.

MEDINA, Cremilda. Caminhos e descaminhos da reportagem ensaio. In: MEDINA, Cremilda. **Caminhos do saber plural**. São Paulo: ECA/USP, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

RORTY, Richard. Grandiosidade universalista, profundidade ro-

mântica e finitude humanista. In: SOUZA, José Crisóstomo de (Org.). **Filosofia, racionalidade, democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SAAD CORRÊA, Elizabeth. Reflexões para uma epistemologia da comunicação digital. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008.

SANDANO, Carlos. **Para além do código digital**: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado (no prelo).